



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11065.902151/2008-21

**Recurso nº** Voluntário

**Resolução nº** 1201-000.298 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 19 de outubro de 2017

**Assunto** Diligência

**Recorrente** DIMARI INDUSTRIAL DE COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA.

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência.

(assinado digitalmente)

Roberto Caparroz de Almeida - Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Roberto Caparroz de Almeida, Eva Maria Los, Rafael Gasparello Lima, Paulo Cesar Fernandes de Aguiar, Luis Henrique Marotti Toselli, Jose Carlos de Assis Guimarães e Eduardo Morgado Rodrigues.

## Relatório

Trata-se de processo administrativo decorrente de DCOMP apresentada pelo DIMARI INDUSTRIAL DE COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA., CNPJ 89.420.372/0001-26, para fins de formalizar a compensação de determinado crédito oriundo de pagamento a maior com determinado débito de sua responsabilidade.

Por meio de Despacho Decisório, o direito creditório não foi reconhecido, sob a alegação de insuficiência de crédito. Mais precisamente, aduz a autoridade fiscal competente que o DARF vinculado ao pretenso pagamento a maior já teria sido utilizado para quitar débito informado pelo próprio contribuinte em DCTF, não restando saldo disponível.

A contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade, alegando que o crédito, na verdade, diz respeito a Saldo Negativo, e não pagamento a maior propriamente dito.

A DRJ não conheceu o pleito do contribuinte, sob duas premissas: (i) de que o processo administrativo fiscal não se prestaria a retificar DCTF; e (ii) de que a contribuinte não teria atacado os fundamentos do despacho decisório, que foi emitido com base em DCTF válida, eficaz e espontaneamente apresentada.

A empresa, então, apresentou recurso voluntário, por meio do qual esclarece que houve erro de fato no preenchimento da DCOMP, e não da DCTF, sendo a negativa de análise do direito creditório fato que viola os princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, verdade material e o artigo 112 do CTN.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Roberto Caparroz de Almeida - Relator

O julgamento deste processo segue a sistemática dos recursos repetitivos, regulamentada pelo art. 47, §§ 1º e 2º, do RICARF, aprovado pela Portaria MF 343, de 09 de junho de 2015. Portanto, ao presente litígio aplica-se o decidido na **Resolução nº 1201-000.294, de 19.10.2017**, proferido no julgamento do **Processo nº 11065.902152/2008-76**, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

Transcreve-se, como solução deste litígio, nos termos regimentais, o entendimento que prevaleceu naquela decisão (**Resolução nº 1201-000.294**):

*O recurso voluntário atende os pressupostos formais e materiais, razão pela qual dele tomo conhecimento e passo a apreciá-lo.*

*Na DCOMP ora em análise, o contribuinte indicou como origem do crédito um pagamento a maior feito a título de estimativa. Como, porém, a DCTF indica a existência de débito no mesmo montante, o despacho eletrônico não acusou a existência de crédito.*

*Por ocasião da Manifestação de Inconformidade e Recurso Voluntário, o contribuinte esclarece que, na verdade, o crédito diz respeito ao Saldo Negativo apurado no ano, e não a estimativa, assumindo que teria se equivocado no preenchimento da origem exata do crédito.*

*E para justificar esse alegado erro, a contribuinte anexa a sua DIPJ, que realmente indica a apuração de Saldo Negativo no ano, assim como uma planilha que resume as compensações efetuadas com tal saldo.*

*Já a decisão de primeira instância não analisou o mérito da questão, tendo indeferido o pleito por razões de incompetência.*

*Nesse contexto, entendo que o mero erro de fato não é suficiente para não homologar a compensação, em razão dos princípios da legalidade e verdade material, sendo necessária a apreciação do mérito propriamente dito.*

*Do exposto, voto no sentido de **converter o julgamento em diligência**, para determinar o retorno dos autos à unidade de origem, para que, diante das informações e documentos trazidos pela Recorrente na*

---

*defesa e recurso, seja verificado o mérito da existência, suficiência e disponibilidade do crédito de Saldo Negativo alegado.*

*Após a conclusão desta diligência, deve ser científica a contribuinte acerca do Relatório Conclusivo, para que se manifeste no prazo de 30 (trinta) dias e, em seguida, retornem os autos para julgamento.*

Aplicando-se a decisão do paradigma ao presente processo, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do RICARF, voto por converter o julgamento em diligência.

*(assinado digitalmente)*  
Roberto Caparroz de Almeida